



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 15, número 2, jul-dez, 2022, pág. 8-43.

## **AUTOCONSCIÊNCIA, SUICÍDIO E FINITUDE: REFLEXÕES SOBRE MEDIAÇÃO COGNITIVA**

Alexsandro Medeiros do Nascimento  
Wilzacler Rosa e Silva Pinheiro  
Lucas Nonato Souza e Silva  
Antonio Roazzi

**Resumo:** O referido artigo promove uma reflexão sobre a possível mediação cognitiva entre autoconsciência, finitude e suicídio. Inicialmente foram explanadas algumas concepções filosóficas e psicológicas acerca da finitude, em seguida, um breve histórico sobre as representações do suicídio, partindo da Antiguidade, onde o autoextermínio era compreendido como um caminho para a felicidade, passando por períodos históricos em que o ato foi associado como algo pecaminoso, criminoso, resultantes de aspectos sociais e/ou individuais, até concepções mais atuais que relacionam a um fenômeno complexo e multifatorial. Posteriormente, foi elaborada uma descrição sobre o processo da autoconsciência, entendida como um aspecto que envolve diversos processos cognitivos, o que oportunizou um caminho de escrutínio teórico sobre a possibilidade da mesma mediar as relações funcionais entre finitude e suicídio. Os resultados desta reflexão teórica oportunizaram a pontuação de indagações que urgem por um melhor esclarecimento sobre a cognição, e suas relações com o significado psicológico do suicídio e a formação de conceitos complexos relacionados a Morte e ao Self, como o de Finitude.

**Palavras-chave:** Autoconsciência, Suicídio, Finitude, Mediação Cognitiva, Psicologia Cognitiva.

**Abstract:** This article promotes a reflection on the possible cognitive mediation between self-awareness, finitude, and suicide. Initially, some philosophical and psychological conceptions about finitude were explained; then, a brief history about the representations of suicide, starting from Antiquity, where self-extermination was understood as a path to happiness, going through historical periods where the act was associated with something sinful, criminal, resulting from social and/or individual, to more current conceptions that relate to a complex and multifactorial phenomenon. Subsequently, a description of the process of self-awareness was elaborated, understood as an aspect that involves several cognitive processes, which provided an opportunity for theoretical scrutiny on the possibility of mediating the functional relations between finitude and suicide. The results of this theoretical reflection provided the opportunity to score questions that urge a better clarification on cognition and its relationship with the psychological meaning of suicide and the formation of complex concepts related to Death and the Self, such as Finitude.

**Keywords:** Self-awareness, Suicide, Finitude, Cognitive Mediation, Cognitive Psychology.



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

O tema da finitude está presente desde muito tempo na história da humanidade. A percepção da condição de finitude da vida e, conseqüentemente, os resultados dessa compreensão promoveram e ainda suscitam grandes debates e uma imensa profusão de ideias sobre o tema que tem o seu espaço garantido no pensamento humano.

Diversas foram as linhas de abordagem do conhecimento humano que se debruçaram sobre o problema da finitude da vida. Esses campos contemplam uma vasta gama de conhecimentos que encaram a morte desde o processo puramente biológico, com a decadência das células e dos corpos dos seres vivos, até instâncias espirituais que fornecem explicações sobre o pós-vida e a alma. Assim, esse tema engloba questões tão abrangentes que tratam tanto do fim com algo corpóreo e físico, como de um processo espiritual e metafísico.

Dadas essas diversas possíveis formas de tratar o tema da morte, para este artigo, escolheu-se usar uma abordagem que inclui a filosofia, como recurso histórico do pensamento sobre a morte, mas principalmente a psicologia ao tratar de questões como autoconsciência, suicídio, finitude e mediação cognitiva. Esses âmbitos do pensamento humano, cada um ao seu modo, tratam das questões que envolvem a morte, o suicídio, o sofrimento, a ética, o self, a espiritualidade e suas conseqüências para a vida e para a reflexão dos indivíduos sobre estes assuntos.

Com isso, cabe-se questionar quais seriam as contribuições que a psicologia, especificamente em seu subdomínio da Psicologia Cognitiva, enquanto uma ciência que trata de questões humanas, teria para ajudar a entender as indagações sobre a finitude, o suicídio, a autoconsciência e o papel que a mediação cognitiva tem para a formação desses conceitos, visto que estes assuntos tem um percurso já estabelecido dentro dessa área do conhecimento e podem em tese ser relacionados entre si. Pela relevância desses temas no



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

campo, é possível que se encontrem diversos pensamentos sobre o que o fim da vida traz consigo e as relações humanas de sentido para com ele.

Não obstante, uma investigação sobre o tema da finitude da existência humana, se justifica pelo impacto que esta questão tem para os sujeitos, tanto de maneira prática no decorrer e planejamento de suas vidas, quanto na sua influência sobre questões metafísicas sobre a existência e seu fim. E, com o uso de conhecimentos estabelecidos no âmbito da ciência psicológica, é possível que se sigam critérios de organização, pensamentos e argumentos que tornem o tema mais palpável, concreto, mais rico e passível de compreensão.

Assim, com o aporte da psicologia, procura-se estabelecer uma discussão sobre quatro temas: a finitude, enquanto uma instância que se relaciona com a psiquê humana; também, tratar de questões que dizem respeito ao suicídio, como um fenômeno complexo que envolve desde os processos de ideação e comportamentos suicidas, até a associação com transtornos mentais, fatores sociais, econômicos, ideológicos, culturais, teológicos e biológicos; em terceiro, a autoconsciência, ou seja, os processos que permitem que o sujeito perceba aspectos do self (si mesmo) e construa uma imagem de si, principalmente em um contexto de presença da morte que exige com que o sujeito volte seu conhecimento para si mesmo, uma vez que, sabe das suas limitações de tempo e procura utilizá-lo da melhor maneira possível.

Por último, como ponto central deste artigo, é do campo da psicologia debruçar-se sobre fatores que mediam a cognição, ou seja, os processos básicos que permitem com que comportamentos mais complexos possam se desenvolver. Trabalha-se aqui com a ideia de que o senso de finitude, o suicídio e a autoconsciência, enquanto instâncias complexas, são construídos por meio desses processos mediadores que participam da formação desses aspectos da subjetividade humana.

Assim, este artigo busca trazer uma discussão sobre o papel da mediação cognitiva na construção do entendimento da finitude humana, das questões relacionadas ao suicídio e da autoconsciência nos indivíduos. Estas



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

indagações oferecem, portanto, uma importante reflexão sobre a cognição e a formação de conceitos complexos relacionados a morte e ao Self.

### **A Finitude enquanto questão filosófica e psicológica**

A questão da finitude da existência humana perpassa diversos campos do conhecimento humano, que vão desde conceitos metafísicos e abstratos até a empiria da ciência. Para este artigo, dois segmentos se destacam: a filosofia e a psicologia. Assim, a filosofia se debruça há muitos séculos sobre o fim da vida humana, bem como, as implicações que este final tem para os sujeitos. Já a psicologia, saber historicamente mais recente, procura a seu modo investigar os processos mentais e emocionais presentes na morte. Com o aporte desses campos espera-se traçar uma breve história do pensamento humano sobre sua própria finitude.

#### *A finitude na história da filosofia*

A finitude da existência dos seres humanos e a sua morte é um tema que perpassa a história do pensamento humano tendo sua ancoragem em diversos tempos, sociedades e em preceitos culturais, filosóficos, religiosos e científicos. Essa questão tem acento em vários campos da produção humana seja no campo das artes, das ciências humanas ou biológicas. Desse modo, a morte é tratada desde o princípio dos questionamentos da religião e da filosofia e se põe como um tema caro também às ciências psicológicas.

Na Grécia antiga, já havia o questionamento sobre as propriedades da alma, a finitude da vida e os acontecimentos que poderiam se dar no pós-morte. Para Sócrates (470 a.C.-399 a.C.), a alma seria o que há de mais próprio ao humano (Rodrigues, 2019), é com esse seu pensamento que se introduz a noção de alma usada até hoje. Para o filósofo, não haveria motivo para se temer a morte nem se incomodar com ela, pois o sábio não deveria temer ou ver a morte como um mal (Martins, 2017). E é, justamente por isso, que quando a Sócrates foi oferecida a oportunidade de fugir da sentença de morte que lhe



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

fora aplicada, ele escolhe encontrar sua finitude ao tomar o veneno em sua taça. O que emblematicamente demonstrava sua postura de destemor frente a morte que lhe era certa naquele momento.

Na filosofia socrática e na de seus discípulos, o tema da imortalidade da alma já se fazia presente. A alma não era algo do mundo material, mas do plano suprassensível, do dito mundo das ideias, na filosofia de Platão (428 a.C.-348 a.C.) e, portanto, não estaria sujeita à degradação e, conseqüentemente, à finitude (Rodrigues, 2019). Assim, a morte seria uma passagem da alma imortal seja para um plano de recompensas pela vida justa ou, pelas injustiças cometidas, em direção ao Tártaro<sup>1</sup>. Inclusive, a questão da reencarnação das almas e da possibilidade de se viver diversas vidas já estava presente nesse pensamento platônico, como é possível se encontrar na obra Fédon<sup>2</sup> (Platão, 1991).

Em outra vertente no período grego, os epicuristas tinham uma maneira racional de lidar com a morte. Segundo os ensinamentos de Epicuro (341 a.C.-271 a.C.), não haveria razão para se temer a morte, pois se partia da máxima que quando a morte se faz presente já não há mais um vivente, então ela não poderia ser vivida (Epicuro, 1985). Nessa perspectiva, a morte não deveria ser temida pelos humanos, uma vez que, na hora da morte, não é possível vivenciá-la, pois tudo que é mal ou bom teria sua experiência na sensação e na morte acabariam-se as sensações (Martins, 2017).

Durante o período medieval, essas concepções já discutidas pelos gregos foram retomadas a partir do Cristianismo, que guiava grande parte do pensamento intelectual dessa época. Assim, com influência platônica, tem-se o pensamento de Agostinho de Hipona (354-430). Para esse pensador, a imortalidade da alma estava assegurada e ela seria a parte imaterial do humano,

---

<sup>1</sup> Para a mitologia grega era o local, abaixo do Hades, para onde os injustos eram enviados e os crimes cometidos encontravam suas punições.

<sup>2</sup> Diálogo de Platão sobre as circunstâncias da morte de Sócrates que discute sobre a natureza e imortalidade da alma.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

que concederia ao homem sua inteligência e vida (Rodrigues, 2019; De Oliveira, 2019; Agostinho, 1984). A vida humana deveria ser vivida, portanto, em função dos valores espirituais, e a morte, que vem como consequência do pecado, seria um momento de aqueles que tiveram uma vida digna, libertarem-se da matéria e viverem a plenitude da alma (De Oliveira, 2019).

Em outra perspectiva, mais recente no tempo, em filosofias como a de Arthur Schopenhauer (1788-1860), a morte viria em um sentido de libertação da vida. Para o filósofo, a vida estaria eivada de sofrimento. Seria, pois, inevitável sofrer enquanto se estivesse vivo. Assim, os seres humanos estariam sempre vivendo felicidades inconstantes, seguidas de dor, algo como um pêndulo metafísico que alternaria entre os polos da dor, vontade de ter algo, e do tédio, pela satisfação de se ter conseguido o que se precisava (Schopenhauer, 2005). Nesse contexto, a morte quebra esse ciclo de sofrimentos e se põe como algo capaz de cessar a dor humana (Lobato, 2017).

Em *O Nascimento da Tragédia*, Nietzsche (1844-1900) escreve algo similar ao relatar a história do rei Midas que procura Sileno para lhe perguntar qual é a coisa mais preferível ao homem. E Sileno lhe responde: “*Estirpe miserável e efêmera, filhos do acaso e do tormento! Por que me obrigas a dizer-te o que seria para ti mais salutar não ouvir? O melhor de tudo é para ti inteiramente inatingível: não ter nascido, não ser, nada ser. Depois disso, porém, o melhor para ti é logo morrer*” (Nietzsche, 1992). Assim, essa noção de finitude como libertação da condição de sofrimento humano, se faz presente nesses autores.

Com o passar do tempo, a ideia de um mundo metafísico segundo visões religiosas, foi posta em dúvida e, assim, vários questionamentos passaram a ser feitos sobre a finitude do ser humano. A sombra da morte e o sentimento de desamparo decorrente de questionamentos metafísicos que surgem do período contemporâneo perpassam o pensamento de filósofos existencialistas como Jean Paul Sartre (1905-1980). A não certeza, ou mesmo a negação, de uma instância metafísica que assegurasse a passagem pela morte e



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

a continuidade da existência em um plano pós-morte, afloram o sentimento de desespero, o ser humano se vê existencialmente só, tendo de se deparar com a sua finitude (Sartre, 2014). A morte toma uma capa de desespero pela sua incerteza e põe muito mais pressão sobre a vida, pois ela sim mostrava-se como a única possibilidade concreta de existência e realização dos sujeitos (Minus & Ribeiro, 2019). A morte torna-se fim de toda possibilidade de existir, e da qual não se tem escapatória.

Nessa perspectiva da importância da finitude, mas principalmente da percepção dessa finitude, tem-se o pensamento de Martin Heidegger (1889-1976). Heidegger utiliza o termo *ser-aí*, ou *dasein*, para se referir aquele ente que é capaz de se perceber, agir e pensar e que está, acima de tudo, presente no mundo (Heidegger, 2005). O *dasein* só pode ser *dasein* na sua relação com a mundanidade. E, assim, uma das características desse ser-no-mundo também é ser um *ser-para-a-morte*, isso não significa apenas que tal ente tenha uma vida finita, mas a perspectiva de saber profundamente que sua vida é finita e que tende inexoravelmente para a morte (Minus & Ribeiro, 2019). Desse modo, a questão do fim paira sobre esse sujeito que a todo instante é lembrado desse desfecho e o força a pô-la no seu processo decisório e no seu trajeto de vida. Ser para a morte é sempre ter a consciência de sua finitude.

A questão do final da existência humana traz consigo diversas reflexões que impactam os sujeitos no decorrer de suas vidas. Saber que se tem um tempo limitado sobre a Terra, faz com que os indivíduos se perguntem sobre o sentido da vida, o bom viver, a espiritualidade e a temporalidade, por exemplo. Por essa razão, diversas foram as formas de pensar o tema, com diferentes pontos de partida e caminhos percorridos, devido as profundas considerações que o tema suscita.





### *A finitude na psicologia*

Na psicologia o tema da finitude é abordado por diversos autores, entre eles, Freud (1856-1939). Para o psicanalista a questão da transitoriedade e o fato de que os objetos se degradam não representa um problema ou um mal. Na sua perspectiva, acontece justamente o contrário. É da transitoriedade e da inevitável finitude das coisas que elas ganham o seu valor, assim, a efemeridade dos objetos é o que lhes confere maior distinção. Algo não perde a beleza pelo fato dela se acabar, mas valoriza-se ainda mais sua beleza pelo fato dela ser finita (Hausen et al., 2019; Brunhari, 2018).

Com isso, aponta para perspectivas pautadas em pensamentos positivos sobre a morte, o luto e a finitude que estariam ligados a compreensão de que tudo tem um fim e esse é o ciclo natural das coisas. Por outro, visões negativas advém da dificuldade de aceitar as perdas ao longo da vida (Hausen et al., 2019). Para o psicanalista, o suicídio seria, portanto, um modo de objetificação do ego por si mesmo, que dirige sua hostilidade para si, devido a melancolia causada pela perda (Brunhari, 2018).

Já no pensamento junguiano a morte é encarada como algo natural, o fim de um ciclo. No entanto, esse final faz com que o sujeito se questione sobre o sentido de sua vida e sobre as coisas que viveu, e que aqueles que mais temeram a vida ao longo dos anos, mais temem a morte por se agarrarem ao passado. Existe, então dentro dessa forma de pensamento, um ciclo vital de energia que chega no seu fim quando se encontra com aquilo que é inevitável e inerente a condição dos viventes: a morte (Jung, 2012).

Jung (1875-1961) compara o ciclo da vida como um gráfico em parábola. A princípio existe a subida, que representa a fase de crescimento, até que se chegue ao topo e comece a fase de declínio, que termina com a morte. A vida é uma linha que é composta por esses dois períodos e nenhum deles pode ser ignorado. Porém, no processo de morrer, mesmo por meio de símbolos que se apresentam em sonho, a psique ainda tente ignorar os sinais de proximidade





## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

da morte e o indivíduo ainda se apega a resoluções e planos, devido ao incômodo causado pelo fim (Jung, 2012).

Para Klüber-Ross (1926-2004), existe um processo de distanciamento da morte por parte dos indivíduos. Por ter-se que se deparar com a finitude, a tristeza e angústia que a morte causa há uma atitude de evitação frente ao tema, principalmente, na contemporaneidade onde processos de medicalização, institucionalização e suavização da morte estão cada vez mais presentes. Para a autora a tentativa de negar a morte e tentar prolongar a vida com a ajuda de aparelhos e medicamentos mesmo em casos sem retorno, é uma tentativa de não se ter de lidar com a perda e o incômodo da morte, mas também com a própria finitude humana (Dos Santos, 2019).

Com isso, Klüber-Ross criou um sistema teórico de 5 estágios da morte que se desenvolve com o processo de morrer. A primeira fase é a negação, na qual o sujeito recebe a notícia de sua morte e rejeita a informação e os fatos que lhe são passados. Funciona como um mecanismo de defesa do próprio indivíduo ao se deparar com a sua finitude. A segunda fase é a raiva, quando não é possível mais negar a morte, essa atitude é substituída pelo sentimento de revolta, que pode ser dirigida à situação em que se encontra, aos cuidadores ou mesmo a Deus. A terceira é a barganha, constitui-se de um período curto de tempo, em que o sujeito tenta negociar com o universo ou com Deus para obter alguma melhora no seu quadro. A quinta fase é a depressão, ao perceber que não é possível escapar da morte, o sujeito torna-se abatido, melancólico e apresenta sentimentos de perda frente a sua situação. E o último estágio é a aceitação, na qual o indivíduo abandona o desespero, entende a sua condição de ser finito e a encara de modo mais sereno (dos Santos, 2019; do Prado et al., 2019).

Já em ambientes hospitalares, o psicólogo é levado a lidar diariamente com o tema da morte. Nos hospitais, muitas vezes, o paciente se encontra em um ambiente isolado, sem seus entes queridos, enquanto enfrenta sua finitude, o que resulta em angústia e dor, e é nesse contexto que o psicólogo trabalha (de



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Oliveira & de Souza Abrantes, 2020). Esse profissional tem de prestar uma escuta especializada que atenda ao paciente e a sua família em um momento de morte, que ainda é abordado com dificuldade pelos profissionais, principalmente na área de pediatria e UTIs neonatais (Vieira & Waischung, 2018), além das suas próprias emoções que esse instante suscita.

Ressalta-se que os psicólogos, durante a sua formação, são treinados para lidar com a vida e não com a morte, e no ambiente de demanda hospitalar essa falta pode ser prejudicial para que o profissional possa elaborar o seu próprio luto pelos pacientes (de Oliveira & Souza Abrantes, 2020). Além do mais, a morte ainda é encarada como tabu nos hospitais, como uma falha ao não salvar um paciente, e não como um fato natural (Vieira & Waischung, 2018). Assim, o acompanhamento de pacientes terminais por um psicólogo tem o objetivo de amenizar o sofrimento psicológico e a angústia desse indivíduo no seu momento de finitude e fazê-lo entender a morte com um processo natural (Langaro, 2017).

Com isso, o campo da psicologia procura lançar um olhar sobre a finitude humana, com um maior foco em como os sujeitos enfrentam esse evento adverso. A questão da percepção e das atitudes dos indivíduos frente ao morrer, bem como, o modo como a morte deve ser entendida, ganha destaque para este saber. Defrontar-se com a morte e sua naturalidade na existência humana, tanto de si, como de outrem, e o como os sujeitos processam essas informações mostra-se uma preocupação do campo.

A psicologia, diferente da filosofia neste sentido, aborda a questão da morte de um modo mais pautado em questões da relação do homem com a morte e suas implicações nas emoções humanas. Suas elucubrações estão mais pautadas em relação ao processo e significação da morte para os indivíduos do que as implicações metafísicas que o advento da morte tem para as diferentes correntes filosóficas. Desse modo, procura-se um meio de se pensar estruturas psíquicas que expliquem como se lida com a morte e como ela é percebida e processada pelos sujeitos.



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Assim, a morte mostra-se como um tema de preocupação que está presente na reflexão humana de várias formas, em diversos períodos históricos e correntes de pensamento. A finitude da vida é algo para o qual não se tem uma resposta única e amplamente satisfatória, mas sua inevitabilidade provoca o direcionamento da reflexão sobre o tema devido a sua importância, e procura entender esse fenômeno que marca a existência de toda a humanidade.

### **Autoconsciência e finitude**

Historicamente, diversos autores buscaram definições sobre o self, entendido também com eu, inclusive traçaram tipos, como: material, social e espiritual (James, 1890). A ideia de que o 'eu' seria uma configuração organizada de percepções do self, teria como base os pensamentos reflexivos (Rogers, 1951). Foi em 1932, com os estudos de Wolff, que surgiu a metodologia do estudo da autoconsciência objetiva. Seu experimento induzia seus participantes a prestarem atenção em si mesmos, a partir de seus aspectos físicos (se olhando no espelho ou através de fotos), áudios gravados da própria voz, ou não estando incluso em um grupo. Foi percebido uma dificuldade em se reconhecer através destes estímulos.

A partir destes achados, Durval e Wicklund (1972) avançaram em suas pesquisas sobre a indução do Eu e propuseram a Teoria da Autoconsciência Objetiva, mais conhecida como Teoria OSA, que conceitua autoconsciência como um processo autoavaliativo, onde o sujeito se coloca como objeto de atenção própria e busca explicar os fenômenos psicológicos a partir da relação entre os sistemas cognitivos que envolvem este fenômeno (Nascimento *et al.*, 2020).

De acordo com esta perspectiva, o processo ocorre quando de uma forma dinâmica e organizativa o self faz um comparativo entre os conteúdos atuais que emergem na consciência com padrões conceituais de correção que são internalizados, como o que é certo ou errado, bom ou ruim, etc. Dependendo do conteúdo e/ou da intensidade, assim como entre as instâncias



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

que envolvem o self real e o self ideal; as emoções que são vivenciadas também poderão favorecer para o direcionamento futuro dos focos atencionais. Dentre os conceitos básicos desta teoria, a atenção dicotômica e o grau de autoconsciência, ocorre quando o sujeito direciona a atenção apenas para o Eu, não contemplando um estado dividido entre Eu e não-Eu (Nascimento & Roazzi, 2013; Nascimento *et al.*, 2020).

Estudos posteriores ampliaram a compreensão da autoconsciência sobre sua dimensionalidade, associando-a como: *traço* (self-consciousness), também chamada de autoconsciência *disposicional*, caracterizada como aspectos estáveis de personalidade e que é resultante de cada história de vida; e como *estado* (self-awareness), associada também como *situacional*, caracterizada por estados transitórios de autofocalização que ocorrem de acordo com os estímulos ambientais (Fenigstein *et al.*, 1975; Govern & Marsch, 2001).

Percebe-se que ao longo do tempo, diversos estudos científicos buscam ampliar a compreensão sobre a autoconsciência, principalmente com relação a sua natureza e estrutura, em especial, buscam relacionar quais os processos cognitivos estariam envolvidos e como a mediação cognitiva se estabelece (Nascimento, 2008).

Outro importante avanço no campo de estudos da autoconsciência foi a dicotomia ruminação-reflexão (Trapnell & Campbell, 1999). Descobriu-se que havia uma motivação implícita relacionada aos estados autoconscientes, pois sujeitos muito autoconscientes respondiam de formas diferentes aquilo que se passava com eles. Assim, percebeu-se que o modo com o qual o sujeito estava autoconsciente poderia ser reflexivo, no qual o sujeito ao se focar via aquele momento com uma oportunidade para melhorar e se desenvolver, ou ruminativo, no qual há um foco em poucos aspectos negativos de si e o sujeito se vê engessado frente a eles.

De acordo com Morin (2004), a autofocalização ocorre a partir de processos cognitivos autorepresentacionais, ou seja, ao longo do desenvolvimento o sujeito internaliza padrões cognitivos e comportamentais



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

(*standards*) e diante das vivências cotidianas, o self e a forma como o indivíduo elabora as informações que geram pensamentos, favorecerão para respostas que manterão ou não o autofoco.

Na hipótese construída por Morin (2004), a *autofala* poderia ser uma possibilidade instrumental para mediação cognitiva, em que reproduziria mecanismos sociais que levam o sujeito a construção de autoconceito. Além da autofala, outro processo autorepresentacional que pode favorecer para autofocalização são as imagens mentais, objetos fenomenológicos visuais em meio espacial interno. Nesta vivência, o indivíduo também pode se ver como provavelmente é visto pelos outros (tomada de perspectiva) (Nascimento & Roazzi, 2013).

A Teoria do Código Dual de Allan Paivio (2007) fortalece a hipótese de Morin (2004) da mediação cognitiva da autoconsciência por imagens mentais, partindo do pressuposto de que ao longo do desenvolvimento ontogenético do sujeito, qualquer objeto internalizado passará por sistemas complexos que envolvem a cognição, o verbal e o imagético. Portanto, a formação do autoconceito possivelmente também será mediado por imagens mentais.

De acordo com o autor citado, um duplo sistema de codificação das informações envolve as percepções visuais (objetos, pessoas, etc.) e os insights da pessoa. O processamento e a manipulação das imagens mentais podem se dar a partir de diversos aspectos cognitivos. Logo, as operações de visualizações influenciarão na autoconsciência situacional e disposicional, já que indivíduos com dificuldades na habilidade de visualização de imagens mentais, podem apresentar autoconceitos menos elaborados (Morin, 2004; Nascimento & Roazzi, 2013).

No estudo de Nascimento e Roazzi (2013), percebe-se que a pesquisa realizada com 958 estudantes universitários, foi mais um achado que reforçou a hipótese da mediação cognitiva da autoconsciência situacional. Foi percebido que tanto fatores reflexivos quanto ruminativos se correlacionaram com a mediação icônica, logo, foi sugerido que o uso de imagens mentais favorece



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

para que as pessoas prestem mais atenção a si mesmas e examinem seus autoconceitos, usando imagens do código dual de base cognitiva.

É importante que se destaque o fato de, ao se tratar da autoconsciência, por muitas vezes a questão das experiências subjetivas dos indivíduos, como eles vivenciam os estados autoconscientes, foi deixada de lado. Desse modo, Nascimento (2008) traz o aspecto fenomenológico para o trato da autoconsciência e busca relacionar esses construtos por meio da mediação de autofala e das imagens mentais, tal qual no modelo de Morin (2004).

Assim, durante os estados autoconscientes, quando os indivíduos são levados ao autofoco, esses sujeitos apresentam junto com este estado de atenção sobre si, traços de fenomenalidade oriundos de sua experiência subjetiva. Assim, a formação do autoconceito, que resulta de um processo que permite com que o sujeito se perceba, passa por essa experiência vivencial do sujeito que se depara com aspectos de si mesmo enquanto autoconsciente.

Com isso, os modos como os diferentes sujeitos operacionalizam os seus estados autoconscientes informam dupla camada de acontecimentos cognitivos, que enodam àquilo que a mente faz durante o processamento de informação autorreferencial autoconsciente, à vivência qualitativa de estar autoconsciente – o que Nascimento (2008) tem nomeado de *autoconsciência fenomenal*. Desse modo, a hipótese de autoconsciência fenomenal elaborada por este autor traz para a ciência cognitiva a possibilidade de um conhecimento mais aprofundado sobre a experiência particular de um sujeito ao pensar sobre si mesmo.

De acordo com a Teoria OSA, a direção da atenção consciente será determinada a partir da complexidade de estímulos apresentados (Nascimento *et al.*, 2020). Portanto, ao se pensar sobre a finitude, um fenômeno tão complexo da humanidade, que ainda deixa tantas interrogações, questiona-se de que forma o processo da autoconsciência, principalmente em seus aspectos reflexivos e/ou ruminativos, poderia se colocar como mediador das vivências relacionadas ao fim da vida.



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Sabe-se que as respostas apresentadas pelo sujeito e as reações emocionais que emergem destes possíveis processos autoconscientes, também estarão possivelmente relacionadas às figurações do autoconceito que foram produzidas ao longo da vida. Para Durval e Wicklund (1972), quanto mais distrações externas, menos o indivíduo foca em si mesmo. Portanto, partindo desse pressuposto, então pode-se afirmar que geralmente as pessoas que evitam falar ou entrar em contato com a própria finitude, o fazem como uma forma de manter um self ideal de imortalidade ou de perseverar num conceito de um fim da vida, que de forma “natural” se associa comumente a velhice, após muitos anos de vida?

### **Suicídio e Finitude**

O suicídio é compreendido como o ato deliberado, intencional, no qual o indivíduo busca através de algum método findar sua vida (WHO, 2019). Percebe-se que ao longo do tempo o fenômeno foi explicado a partir de várias perspectivas, que também se relacionavam com o período histórico. A partir de um levantamento filosófico, Minois (2018) esforça-se para entender as mortes voluntárias, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, Renascimento, Revolução Francesa, até o século XX. O autor chama atenção para a relação construída entre saberes filosóficos, religiosos, morais e culturais. Enquanto em alguns períodos históricos percebe-se o ato como heroico, em outros, o comportamento autodestrutivo está associado à reprovação social.

Inicialmente na Antiguidade, Sócrates afirmava que filosofar seria aprender a morrer. Pensadores céticos do período helenista (como Egésia de Cirene, séc III a.C.), acreditavam que a morte seria o caminho para a verdadeira felicidade. Considerada como o estado de serena tranquilidade, àqueles que praticavam o suicídio eram vistos como sábios, corajosos, por saberem deixar a vida de forma serena e alegre. A filosofia como busca de felicidade também atinge seu apogeu a partir das perspectivas dos epicuristas, que entendiam a finitude como algo prazeroso, assim como as influências dos





## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

estoicistas, como Sêneca, que reforçava a ideia de que o autoextermínio só seria legitimado se fosse um ato praticado de forma racional, por alguém que estivesse em plena posse da sua capacidade de julgamento, sem apelos de natureza emocional (Godin & Martins, 2021).

Para os pitagóricos, anterior ao período socrático, o suicídio seria um ato impiedoso, porque os seres humanos seriam propriedades dos deuses. Acreditava-se que a vida seria uma concessão divina e jamais qualquer pessoa poderia interferir no próprio destino. Seguindo uma perspectiva semelhante, de acordo com os evangelhos canônicos, a figura de Judas, um dos 12 discípulos de Jesus Cristo, teria praticado o suicídio como forma de punição a si mesmo, após ter entregue a identidade de seu mestre aos guardas romanos, que o levaram a crucificação.

Deve-se levar em consideração que autores cristãos apresentaram posturas ambíguas quanto ao suicídio (354 a.C.–430 d.C.). No século V d.C., Santo Agostinho, foi o primeiro autor a associar o suicídio com um ato pecaminoso, ao interpretar o sexto mandamento ‘não matarás’ referindo-se também a si mesmo. Ao afirmar que o suicídio seria uma maldade detestável e condenável, logo, o ato suicida também foi entendido como uma atitude covarde, devendo, o sujeito, ser punido com rigor. A partir do século VI d.C. juridicamente iniciaram-se as perseguições às pessoas com comportamento suicida (Silveira, 2019).

Entre os séculos X e XII em diversos locais da Europa, o suicídio começou a ser entendido como um crime doloso, destacando-se aqui a influência do feudalismo, onde o ‘senhor’ compreendia o suicídio de um “servo” como uma negação da sua posse, e como consequência do ato, os bens do “servo” eram confiscados. Durante o século XV na França a casa da pessoa que praticava o suicídio era demolida, o que também foi traduzido como uma forma de punição para a família do suicida. A tortura post-mortem, como por exemplo, enforcar novamente e queimar o corpo da pessoa que praticou o suicídio em praça pública, eram práticas comuns para punir o suicídio e gerar



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

medo nos que ficavam. Tais atos também eram registrados desde Platão, quando o autoextermínio era motivado por um ato de indolência ou covardia, praticavam-se diversas formas de punição, como o indivíduo ser enterrado em desgraça, isoladamente, sem ninguém para compartilhar a sepultura, em terras desérticas, sem direito a identificação no túmulo (Godin & Martins, 2021).

No século XVIII David Hume, traz novas discussões sobre o suicídio, trazendo um olhar crítico quanto aos atos punitivos, entendendo o ato como um direito de qualquer pessoa em decidir se deve continuar a viver ou não (Hume, 2006). No início do século XIX, Arthur Schopenhauer, conhecido como o pensador pessimista, afirmava que a morte começa a ser desejada a partir do momento que o sujeito vivencia os tormentos da existência. De acordo com o mesmo, a pessoa que pratica o suicídio quer e aceita a vida, porém, renuncia ao viver por causa de suas condições de vida (Schopenhauer, 1958).

No início do século XX, Sigmund Freud associa o suicídio como um fenômeno complexo, em que suas raízes se encontram em aspectos inconscientes do sujeito. Afirmava que todas as pessoas teriam tendências para autodestruição, que nomeou de pulsões de morte, caracterizada como uma força destrutiva, que pode ser direcionada para o exterior ou para o interior. Neste sentido, o suicídio é visto como uma escolha individual, como um meio para exterminar a angústia da vida. Em seguida, na obra *Luto e Melancolia*, Freud associa que a auto-objetificação do eu, ou seja, um empobrecimento de si como sujeito e a sensação de vazio é característica de uma estrutura melancólica que pode levar o sujeito ao fim da vida (Freud, 1974).

Mesmo sabendo que a partir do século XIX o suicídio ganha uma perspectiva mais científica, é observado que a moral cristã ultrapassou gerações e ainda tem sido muito presente na atualidade. Durante este período, vários pesquisadores contribuíram para a compreensão deste fenômeno, como Heidegger (2006), que proporcionou uma reflexão sobre a morte e o morrer, fenômeno que perpassa um entendimento de que o que se sabe sobre a morte, parte da morte dos outros. Para o autor, a morte faz parte do humano, porém,



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

existe a possibilidade do sujeito antecipar-se a si mesmo da morte, o que pode se intensificar na vivência de situações mais extremas. Com base nesta perspectiva, a finitude pode ser entendida como um existencial traço ontológico, determinante para fundação de novas possibilidades do existir humano, ou seja, o que está por vir, em algum momento chegará ao fim (Nascimento & Braga, 2018).

Neste contexto consideramos pertinente uma breve reflexão sobre os aspectos que podem estar envolvidos no processo de morte e morrer. Muitas vezes entende-se a morte como óbito, falecimento, ou seja, a cessação da vida. Mas, é importante ressaltar que a sensação de estar morto pode ser vivenciada pelo sujeito vivo (com seu corpo em funcionamento), porém sentindo-se que está morto, abstendo-se do morrer, vive morrendo. Sobre este tópico, Heidegger (2006) afirma que viver para alguns significa morrer, logo, é na angústia que a morte se revela, como enfretamento da possibilidade de nossa impossibilidade mais autêntica (Nascimento & Braga, 2018).

Émile Durkheim, considerado o fundador da Sociologia, expandiu a compreensão do suicídio, ao escrever em seu livro seminal sobre esta temática<sup>3</sup> que o ato estaria associado a questões sociais, elabora teoricamente 4 tipos de suicídios: egoísta, altruísta, anômico e fatalista, que se baseiam em duas forças sociais: integração social e regulação moral. A partir de seus estudos, entendeu também o suicídio como uma “morte escancarada”, ou seja, um ato que antes habitava o campo privado, tem se expandido e se revelado presente nos espaços públicos, sendo considerada inesperada, violenta e impactante. Portanto, um ato que causaria incômodo à vida social e que também revelaria a dinâmica das sociedades (Silveira, 2019).

À medida que o saber médico, desde o período Medieval, vai se solidificando, a compreensão que envolvia o suicídio se distanciou do

---

<sup>3</sup> Sua monografia intitulada “O suicídio”, foi publicada em 1897, e tornou-se um modelo do que deveria ser a escrita de um estudo de caso sociológico para a sociologia científica nascente (ver Durkheim, 2000).



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

entendimento religioso e passou a ser relacionado a processos patológicos. Mesmo assim, de acordo com Lima (2017), o suicídio é um fenômeno que está na contramão da Ciência e na proclamação da vida. Percebe-se que no contexto atual busca-se a todo custo manter a vida, um imperativo que prevaleceu durante o século XIX e que perdura na contemporaneidade (Silveira, 2019). Interessante perceber que esta crença, também provoca reflexões e direciona práticas profissionais, pois, enquanto por um lado temos a premissa de manter a vida, o que também é legitimado pelo saber médico, por outro lado, questiona-se o direito do sujeito de decidir pôr fim a própria vida.

Este dilema tem sido discutido amplamente por diversas áreas e saberes. Alguns estudos que foram desenvolvidos a partir de Edwin Shneidman, considerado o pai da Suicidologia, apontam para o suicídio como uma dor psíquica, inclusive atualmente tem-se afirmado que o suicídio é uma forma de findar uma dor psíquica insuportável (Botega, 2015).

Diante da associação entre suicídio e sofrimento psíquico, destaca-se que não precisa necessariamente estar entrelaçado a um transtorno mental, deve-se levar em consideração as causas sociais, econômicas, culturais, biológicas e emocionais. De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria, o suicídio geralmente está associado a presença de transtornos mentais, em especial, os transtornos de humor, como a Depressão e o transtorno bipolar. Mas, também tem sido comum a associação com transtornos de ansiedade, transtornos por abuso de substâncias psicoativas e os transtornos de personalidade, como o Borderline. Havendo comorbidades, como por exemplo: Depressão e abuso de substâncias, o risco pode ser ainda maior (ABP, 2014). O que também tem gerado uma série de discussões, pois, diversos estudos no campo da psiquiatria, apontam para variáveis entre 90% a 100% dos casos associados a transtorno mental (Reis *et al.*, 2020).

No que se refere aos aspectos psicológicos, a vivência de pressões, traumas ao longo da vida, situações de abuso sexual, sentimentos intoleráveis, dificuldades em lidar com adversidades e frustrações, necessidades de parar a



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

dor, o histórico de tentativas de suicídio anteriores e a facilidade de acesso aos meios, são fortes marcadores para comportamentos de risco. Alguns perfis cognitivos, associados a impulsividade, ambivalência afetiva e rigidez cognitiva, também são características que podem levar a atos autodestrutivos. Assim como ser pertencente a alguns grupos específicos, como adolescentes, idosos, LGBTQIA+, negros e indígenas. A baixa escolaridade e vivência do desemprego, assim como a precarização das relações de trabalho, também tem impactado emocionalmente, podendo ser mais um dos fatores associados ao suicídio (CRP/DF, 2020).

Atualmente a Organização Mundial da Saúde estabelece o comportamento suicida como um fenômeno multifatorial, ou seja, pode estar entrelaçado a fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos. Anualmente cerca de 800 mil pessoas praticam o suicídio no mundo, podendo ocorrer em qualquer fase da vida, porém, tem sido a segunda principal causa de morte nas pessoas entre 15 e 29 anos (OPAS, 2018).

O suicídio é um processo complexo, que pode envolver: pensamentos e a ideação suicida, que pode ser comunicada por meios verbais ou não verbais; o planejamento do ato, a tentativa e por fim o suicídio. Geralmente entende-se o ato como intencional, ou seja, existe uma intenção para findar a vida; além dos métodos, a forma que é utilizada pode ser variada, sendo alguns considerados mais ou menos letais (Reis *et al.*, 2020). Estima-se que para cada suicídio, pode-se encontrar um número até 10 vezes maior com relação a tentativas de pôr fim a vida. Mais de 70% dos casos de autoextermínio, ocorrem em países de baixa e média renda e os métodos mais comuns são ingestão de pesticidas, enforcamento e armas de fogo (OPAS, 2018).

Considera-se o suicídio como uma morte impactante, que deixa consequências diretas e indiretas para aqueles que ficam, considerados “sobreviventes”. Diante de tais realidades, tanto parentes, amigos, como pessoas desconhecidas que presenciaram tal ato, são convocadas a vivenciar a finitude e a fragilidade humana (Lucas *et al.*, 2021).



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A elucidação e compreensão dos fatores para tal comportamento ainda tem sido um grande desafio, principalmente das ciências da saúde, sociais e humanas. Percebe-se que falar sobre o tema ainda é considerado um tabu e o silenciamento da questão, não favorece para desmistificar mitos, reconhecer comportamentos de risco e efetivar as estratégias de prevenção (Lucas *et al.*, 2021).

Estudos que foram realizados para construção do manual do ministério da saúde para prevenção do suicídio, direcionado aos profissionais da saúde mental, apontam que o comportamento suicida pode ser prevenido (Brasil, 2006), porém, muitas das representações sociais ainda são obstáculos para efetivação da prevenção.

O estudo elaborado por Lucas *et al.* (2021), buscou compreender a representação social do suicídio através de publicações em uma rede social, o Facebook, apontou para associações que revelaram: o julgamento do ato, que envolveu diversas perspectivas a partir de crenças cristãs; ou que associou o ato aos termos “depressão” e “doença”, o que o aproximaram do discurso médico-científico; e um outro grupo associou como uma “geração fraca”, relacionando o ato a juventude na realidade atual, que se configura como jovens fracos e desocupados, que teriam a mente vazia, que vivem no celular e no computador, o que favoreceria para começar a pensar no suicídio. Tal posicionamento também revela os conflitos intergeracionais.

Um outro grupo percebido no estudo citado foi nomeado como o suicídio na terceira ponte, como um local que além de ser representacional, está associado a necessidade de redes de proteção em pontes ou lugares de risco. Neste grupo, também foi associado o sentimento de incômodo diante de tal realidade. Questionamentos sobre a viabilidade de estratégias para proteção nos espaços públicos, dividiu opiniões, enquanto alguns acreditam na inevitabilidade da morte, outros afirmaram a necessidade de criar proteção. Diante destas realidades que ocorrem em espaços públicos, também foi relacionado a representação de que tal local não é apropriado para esta



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

realidade, o ato foi associado como uma atitude egoísta, que carrega uma carga afetiva negativa. Além disso, foi associado como um ato violento, agressivo e misterioso. Os sentimentos de repulsa desencadeados, foram entendidos como uma forma de manutenção da ordem social.

Já o relato deixado em cartas e bilhetes de sujeitos que praticaram o ato, revelam uma diversidade de significados, que envolvem valores, suas crenças e a motivação, como por exemplo: associações com um amor não correspondido, não consentido ou não admitido; pedidos; homicídios seguidos de suicídios, falta de recursos financeiros e pedidos de perdão (Catelão, 2019). Percebe-se também que no caso de pessoas que tentaram findar suas vidas e sobreviveram, faz-se necessário oferecer apoio emocional para elaboração deste processo, que pode trazer um misto de emoções e gerar novos riscos.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2019), o suicídio tem sido tratado como uma questão de saúde pública, portanto, profissionais precisam atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. Uma das principais ferramentas na Psicologia, é considerar a peculiaridade de cada história de vida, caminhando para além do reducionismo psiquiátrico ou do determinismo individual, onde justifica-se o ato por um viés que associa apenas aspectos da pessoa que pratica o ato.

Diante de situações que possam envolver o risco de suicídio, sugere-se oferecer uma escuta acolhedora, sem julgamentos, valorizando-se todas as variáveis envolvidas no processo. Busca-se explorar e compreender a realidade do sujeito, considerando-se o discurso, avaliando-se o grau de risco e os fatores de proteção, além de proporcionar um ambiente mais seguro, no qual a pessoa se sinta confortável para expressar seus pensamentos e sentimentos. A ambivalência entre o querer morrer ou viver, poderá ser demonstrada de forma verbal ou não verbal, portanto, explorar possibilidades existenciais são fundamentais. Dependendo das condições gerais da pessoa, pode ocorrer a necessidade de encaminhamento para profissionais ou serviços de saúde





## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

mental. Lembrando que o respeito a singularidade e ao modo de ser também são essenciais.

O programa Life Live tem sido um esforço da OMS (2021) para orientar os países a criarem estratégias de prevenção do suicídio, objetivando a redução dos índices até 2030. A proposta parte de 4 pressupostos: limitação de acesso aos métodos, educação da mídia para uma cobertura responsável sobre suicídios, a promoção de habilidades socioemocionais com crianças e adolescentes e por fim, estratégias para identificação precoce, avaliação, gestão e acompanhamento de pessoas que apresentam comportamento suicida (OPAS, 2021).

Enfim, pode-se perceber o quanto tem sido desafiador compreender o comportamento suicida, em especial sua relação com a finitude. Estudos clássicos e ousados como o de Kastenbaum e Aisenberg (1983), provocaram um olhar do ser humano a partir de duas concepções em relação à morte: a morte do outro, da qual todos nós temos consciência, embora esteja relacionada ao medo do abandono; e a concepção da própria morte, a consciência da finitude, na qual evitamos pensar pois, para isto, temos que encarar o desconhecido. Ao parafrasear um percurso histórico, os autores afirmam que os egípcios da Antiguidade, possuíam um sistema que tinha como objetivo, ensinar cada indivíduo a pensar, sentir e agir em relação a morte. Por exemplo, os malaios, viviam em um sistema comunitário intenso, em que a morte era entendida como um processo a ser vivido por toda comunidade, logo, a morte de um componente era sentida como uma perda do próprio grupo.

Partindo desta perspectiva, ao pensarmos na possibilidade da morte por suicídio, será que ao longo do tempo também vamos perceber estas práticas? O que dizer das pessoas que vão na direção intencionalmente de pôr fim a própria vida e deixam suas comunidades? Seria egoísta, corajoso, covarde, pecador, criminoso, doente, insano, etc.? Este é um dilema que não apenas as Psicologias, buscam explicar, mas ao longo do tempo, em cada período



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

histórico e social, o suicídio será compreendido e abordado de maneiras diferenciadas.

### **Autoconsciência, Suicídio, Finitude e Cognição: a hipótese da Mediação Cognitiva**

Ao pensar na hipótese da mediação cognitiva envolvendo processos de autoconsciência, suicídio, finitude e cognição, faz-se necessário inicialmente contextualizar quais os principais referenciais que darão base para compreender-se tal relação.

A perspectiva de cognição social que será tratada aqui, remete aos pressupostos teóricos construídos em meados de 1970, quando buscou-se uma compreensão sobre como as pessoas percebem a si mesmas e aos outros; além disso, questionou-se como tais percepções podem interferir nos comportamentos sociais (Nascimento *et al.*, 2019).

As raízes destas fundamentações teóricas dialogam entre a Psicologia Social e algumas ideias, modelos teóricos e metodologias da Psicologia Cognitiva. Inicialmente foram produzidos modelos de processamento de informações que associam a interpretação e elaboração de informações, através de processos avaliativos, inferenciais e atribucionais, que são representados num conhecimento mnemônico, em seguida são utilizados para o processamento de pensamentos e julgamentos, que guiam um comportamento dentro de um contexto social (Hamilton *et al.*, 1994; Nascimento *et al.*, 2019).

De acordo com a perspectiva norte-americana, a cognição social pode ser compreendida como a forma que a pessoa gerencia as informações recebidas cotidianamente. Este processo dinâmico também envolve pensamentos e emoções que estão entrelaçados e influenciam diretamente na forma como a pessoa se comporta, além de que o conhecimento produzido, também é fruto do contexto sociocultural. Sendo assim, as estruturas cognitivas seriam produzidas ao longo da vida a partir das interações com o entorno físico



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

e social, construindo os chamados esquemas mentais (Lewin, 1997; Nascimento *et al.*, 2019).

Segundo Smith e Mackie (2014), a forma como o indivíduo percebe e é percebido, dependerá de como a realidade é transformada, o que envolve os processos cognitivos (o modo com uma informação é captada e processada individualmente), assim como através da relação entre o sujeito e seu contexto social, o que também envolve componentes motivacionais (partindo de princípios básicos de que as pessoas procuram o controle, criar laços e dão valor ao ‘eu’ e ao ‘meu’). Nesse sentido, vale ressaltar que a pessoa pode influenciar ou ser influenciada por outras pessoas (sejam elas presentes ou não).

De acordo com Beck *et al.* (1997) os pensamentos automáticos seriam produzidos a partir do processamento de informações e da interpretações produzida pelo indivíduo, o que influencia nas respostas emocionais, comportamentais e motivacionais. Tal processo, encontra-se em nível pré-consciente da cognição, podendo ativar estruturas inconscientes, traduzidas como esquemas e crenças.

Portanto, se a dimensão cognitiva favorece na construção dos significados, ao se pensar sobre o suicídio, a forma como o indivíduo processa a possibilidade de findar a vida ou não, é um fenômeno que envolve diversos processos cognitivos complexos. Portanto, questionamentos e reflexões, sejam elas ruminativas ou não, sobre o significado da vida, também podem ser aspectos envolvidos nesta relação e questiona-se a possibilidade da autofocalização do sujeito mediar este fenômeno?

A autoconsciência comumente refere-se a consciência que o indivíduo tem com relação aos seus diversos autoaspectos, ocorrendo quando a pessoa foca sua atenção em si mesmo, sendo um dos principais aspectos formadores do autoconceito. De acordo com Morin (2004) alguns meios facilitam para este processo, como o social, físico e o self. Já para Nascimento (2008), partindo de uma compreensão teórica do modelo de cognição geral de Paivio (2007),



## **Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

estímulos ligados a linguagens verbais e sistemas não verbais, como o processamento de imagens, podem favorecer para o desenvolvimento do self.

Diversos são os processos cognitivos envolvidos no momento do entendimento e formulação de um conceito. Desse modo, processos como a imagem mental e a fala interna, no que se referem ao Modelo Neurocognitivo e Socioecológico da Autoconsciência (Morin, 2004) participam dessa construção do conhecimento do self, mas tem uma função peculiar, eles são mediadores cognitivos e a fala interior estaria relacionada com a maioria das habilidades cognitivas, como a autoconsciência. Para ocorrer o processo de autoconsciência é necessário que um conjunto de diversos mecanismos de mediação estejam envolvidos como: aspectos cognitivos, neurológicos, sociais e ecológicos.

A questão da mediação cognitiva aparece com o trabalho de Paivio (1986) no qual ele questiona a possibilidade de alguns processos cognitivos estarem envolvidos como mediadores de outros processos cognitivos. Seriam, assim, atributos e capacidades mentais ligadas a uma ou várias atividades mentais que permitiriam que esses processos cognitivos subjacentes ocorressem.

Segundo o autor, os padrões de conexões entre o sistema verbal e o não verbal que estão interconectados, podem produzir linguagens concretas e abstratas diferenciadas. Palavras e imagens podem se interconectar, onde todo conhecimento deriva da percepção e experiência com o mundo, o que também favorece para produção de memórias e significados (Paivio, 1986; 2007).

Segundo o autor citado, a construção dos significados pode ocorrer em três formas, dentre elas de maneira representacional, que se refere a ativação da memória por uma palavra ou objeto, que reflete nas conexões entre a representação mental e seus referentes (Nascimento *et al.*, 2020).

De acordo com a Teoria Neurocognitiva e Socioecológica de Morin (2004) a mediação cognitiva da autoconsciência ocorre especialmente através da fala interna. Define a autoconsciência atuando em conjunto com diversos



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

mecanismos de mediação, que ocorrem a partir de fontes disparadoras de autofocalização como meio social, físico e o self.

A perspectiva teórica também associa que a mediação cognitiva pode se desenvolver a partir de imagens mentais, que ocorrem na ausência de estimulações visuais do mundo externo. Portanto, ao longo do tempo, a memória retém auto-informações codificadas verbais ou não-verbais e tal repertório é utilizado na mediação cognitiva (Nascimento *et al.*, 2020).

Tenha-se o caso da autoconsciência e, por conseguinte, da formação do conceito de self pelos sujeitos em foco. A construção de um autoconceito viria da percepção de certos conteúdos, sejam atributos físicos ou mentais, que um sujeito tem em relação a si mesmo. Com isso, processos como a autofala e as imagens mentais trazem esse conteúdo do mundo para a percepção do sujeito e que lhe permite estar autoconsciente.

Isso significa que a autoimagem desse sujeito seria formada por meio dos conteúdos que lhe vem através da fala interna e das imagens mentais, ou seja, esses dois servem como mediadores cognitivos para o processo de autoatenção, que resulta na formação de um self. Assim, esse papel de mediação cognitiva de outros fenômenos mentais traz a possibilidade de diversos processos estarem envolvidos na formação de um conceito.

Tanto Morin (2004) quanto Paivio (2007), ressaltam a importância que a memória possui quanto a autofala e os processos cognitivos que também envolvem a linguagem e a aprendizagem. No entanto, quanto mais autoconsciente um indivíduo esteja, mais há fala interna e desenvolvimento de autoconhecimento (Nascimento *et al.*, 2020).

Ao se tratar de conceitos complexos como o de senso de finitude e suicídio, centrais neste artigo, é de se esperar que diversos outros processos estejam envolvidos e mediando a formação deles. Talvez os mais particulares e pertinentes para esta discussão sejam o de autoconsciência e self, uma vez que, ambos os conceitos se relacionam a finitude de um eu (Nascimento, 2008).



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

O senso da finitude humana é saber que a existência de alguém se encerra. Ora, para que alguém tenha ciência de que possa ter um fim é necessário de que este alguém (self) saiba que existe, e quem ele é. Se essa pessoa que se depara com a possibilidade do fim existe, é preciso que haja um conceito bem formado do que se é, ou seja, um self ou imagem de si mesmo (Duval & Wicklund, 1972).

Esse raciocínio se aplica tanto para a formação do autoconceito, do próprio sujeito que forma sua imagem de si, com para extrapolação para os outros indivíduos, também assumidos como selves. Durante esse processo de sedimentação dessa imagem, os processos de autoatenção são fundamentais, uma vez que, eles permitem que o sujeito colha informações sobre si mesmo (Morin, 2004).

A partir de como a imagem de si é construída pelos sujeitos, eles podem ter uma noção de finitude bastante diferente entre si. Por exemplo, culturas orientais que muitas vezes abandonam o senso de ego, de individualidade e de continuidade da vida podem elaborar o significado da morte, não como fim, mas como passagem de um processo natural, diferentemente de culturas ocidentais onde o eu, a individualidade e a valorização na agência do sujeito têm um papel central na sua formação.

Desse modo, os *standards* internalizados por esses sujeitos e utilizados para sua criação de conceitos de finitude são consideravelmente diferentes. Assim, os processos de formação de self, e aqui pode se pensar não só no conteúdo cultural, mas também na forma particular como um sujeito a adquire, se é um modo ansioso ou não, influencia no produto final desses processos. Não é à toa que hajam tantas possíveis interpretações sobre a morte na história da filosofia, da psicologia ou da religião, por exemplo.

Também, o processo de compreensão sobre o suicídio está imbricado nessa mesma relação entre finitude e ego. Quando um sujeito resolve tirar a sua própria vida, ele está dando um fim ao seu self. Seja qual for o motivo para a



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

concretização do ato suicida, isto passa por um processo de elaboração do significado daquela existência para o sujeito que segue com esse ato.

Considera-se relevante pontuar que segundo Morin (2004), diversos mecanismos de mediação da autoconsciência também funcionam como dispositivos para resolução de problemas, em que o self constitui um problema e a autoinformação será a base material sobre as quais a autoatenção buscará soluções (imagem do self). Portanto, nesse sentido, questiona-se de que forma a autoconsciência poderia mediar processos tão complexos como o suicídio?

A compreensão sobre o fim da vida ainda envolve uma diversidade de perspectivas teóricas, porém nenhuma que afirme com certeza como este processo é vivenciado e o que ocorre em seguida. Esta realidade tem levantado questionamentos ao longo da humanidade e a forma como cada pessoa lida com sua finitude dependerá de uma imensidão de fatores emocionais, neurológicos, sociais, ambientais, etc. Estar consciente e direcionar o foco para si mesmo facilitaria uma aceitação de tal realidade ou intensificaria processos de ansiedade, medo, angústia, mesmo quando estamos lidando com uma vivência entendida como o “natural” e a única certeza da vida?

Ao se pensar sobre as possibilidades de antecipar o fim da vida, este seria um ato que envolveria um processo maior ou menor de autoconsciência? Principalmente se tentarmos associar perfis cognitivos que são mais reflexivos ou ruminativos (ver Trapnell & Campbell, 1999). Um dos grandes desafios na atualidade tem sido a criação de estratégias para redução dos casos de suicídios. Portanto, se a autoconsciência favorecer enquanto mediação cognitiva de um processo tão complexo como o autoextermínio, haveriam possibilidades de construir-se programas de intervenção que favorecessem na redução dos casos? E por que devemos reduzir os casos de suicídios?

Para além das indagações teóricas descritas anteriormente, é preciso que se executem pesquisas empíricas que comprovem esta possível relação entre os conceitos finitude, autoconsciência e suicídio. Tais pesquisas viriam como um grande acréscimo não só as ciências cognitivas, pelo que oportunizaria de





## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

aprofundamento de compreensão da mediação cognitiva enquanto processo básico da constituição do mental e do self, mas também para os campos da sociologia, filosofia e saúde, devido as diferentes possibilidades de aplicação deste conhecimento. Com isso, espera-se que, oportunamente, este presente ensaio reflexivo possa inspirar a criação de pesquisas que sirvam para enriquecer o debate já tão importante e consolidado na história do pensamento humano, como as relações entre os seres humanos e a sua inescapável finitude.

### **Considerações finais**

A busca por uma compreensão que relaciona finitude, suicídio e a autoconsciência enquanto mediadora destes processos, tem sido um grande desafio, pois estamos tratando de temas complexos que merecem um olhar atento. O referido artigo inicialmente versou sobre concepções filosóficas e psicológicas sobre a finitude, promovendo uma ampla reflexão sobre os possíveis aspectos que possam estar envolvidos no que se entende sobre finitude.

Em seguida um breve histórico sobre algumas concepções acerca do suicídio, ampliaram a discussão, desde a Antiguidade, em que o ato foi entendido como um caminho para felicidade, concepção que foi bem criticada e reconstruída a partir do Cristianismo, em especial, a partir de Santo Agostinho ao associar o ato como algo pecaminoso, merecedor de punição, pois só Deus dá a vida e pode retirá-la. Percebe-se que o entendimento religioso perdurou e se intensificou durante a Idade Média com o feudalismo, em que a concepção de morte autoinfligida passou a ser cada vez mais associada a um ato criminoso e as punições foram cada vez mais severas, o que perdurou até por volta do século XVIII, em que estudos sociológicos ampliaram a concepção, associando o autoextermínio a questões sociais.

Por volta do século XIX, Albert Camus, na obra o “Mito de Sísifo”, afirmou que o suicídio seria o único problema filosófico verdadeiramente sério, pois, julgar entre o viver e morrer envolve uma diversidade de possibilidades.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

No mesmo período as concepções médicas foram ganhando espaço, associando o comportamento suicida a aspectos individuais patológicos e com o surgimento da Psicanálise o ato foi relacionado a uma estrutura de personalidade melancólica, onde as raízes do ato suicida estariam no inconsciente. Paralelo a esta concepção, perspectivas existencialistas lançaram um olhar de que o suicídio é um fenômeno natural, portanto, algo que faz parte do humano em que não se tem uma única concepção teórica que dê conta da explicação do que realmente ele significa.

A autoconsciência enquanto um processo que envolve o direcionamento do foco atencional do sujeito para si, poderia a partir de perfis mais reflexivos ou ruminativos mediar a complexidade de como o sujeito lida com sua finitude ou busca possibilidades para antecipá-la através do suicídio? Esta hipótese da mediação cognitiva do enlace entre suicídio, autoconsciência e finitude é promissora e deverá ser investida de robustos esforços para seu acercamento empírico e discernimento em breve tempo.

### Referências

- Agostinho, S. (1984). *Confissões*. São Paulo, Abril Cultural. (Coleção Os pensadores)
- Beck, A. T., Brown, G. K., & Steer, R. A. (1997). Psychometric characteristics of the Scale for Suicide Ideation with psychiatric outpatients. *Behaviour research and therapy*, 35(11), 1039–1046. [https://doi.org/10.1016/s0005-7967\(97\)00073-9](https://doi.org/10.1016/s0005-7967(97)00073-9)
- Botega, N. J. (2015). *Crise Suicida: Avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed.
- Botega, N. J. et al., (2019). *Atitudes em relação ao suicídio. Apostila 2 do Módulo 1 do Curso Comportamento Suicida: Avaliação e Manejo do Sistema de Educação Continuada (SECAD)*. Porto Alegre: Artmed.
- BRASIL (2006). *Prevenção do suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Unicamp. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_editoracao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf). Acesso em: 11 junho. 2021.
- BRASIL (2014). *Preventing Suicide: A Global Imperative*. Estados Unidos: Organização Mundial da Saúde. Recuperado de



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779\\_eng.pdf?ua=1&ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/131056/1/9789241564779_eng.pdf?ua=1&ua=1)

- Brunhari, M. V. (2018). Melancolia e (im) permanência: fundamentos para uma teoria freudiana do suicídio. *Quaderns de Psicologia*, 20(3), 245-254.
- Catelão, E. de M. (2019). Quando se perde o sentido da vida: valores em textos de suicidas. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 47-67.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *O suicídio e os desafios para a Psicologia*. Brasília: CFP. Em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINALrevisao61.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2021.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Prevenção ao suicídio: desafios para a psicologia e saúde pública*. Em: <https://site.cfp.org.br/prevencao-ao-suicidio-desafios-parapsicologia-e-saude-publica/> Acesso em 11 de junho de 2021.
- Conselho Regional de Psicologia (2020). *Orientações para a atuação profissional frente a situações de suicídio e automutilação / Organizado pela Comissão Especial de Psicologia na Saúde do CRP 01/DF*. Brasília: CRP.
- Conselho Regional de Psicologia (2019). *Nota Técnica CRP-09 002/2019, aprovada dia 6 de agosto de 2019, em reunião Plenária do Conselho Regional de Psicologia 9ª Região GO*.
- de Oliveira, F. G. N., & de Souza Abrantes, D. S. (2020). O autocuidado do psicólogo hospitalar frente à finitude de seus pacientes. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, 3(2), 18-26.
- de Oliveira, R. A. (2019). Para uma reinterpretação da morte como consequência do pecado original. *Atualidade Teológica*, 24(66).
- Prado, E. do, Sales, C. A., Girardon-Perlini, N. M. O., Marcon, S. S., Peruzzo, H. E., Ruiz, A. G. B., & da Costa, J. R. (2019). Vivenciando o processo morte-morrer: uma análise fenomenológica do paciente com câncer em estágio terminal. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 21.
- Durkheim, E. (2000). *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Duval, S., & Wicklund, R. A. (1972). *A theory of objective self awareness*. New York: Academic Press.
- Epicuro (1985). *Da natureza*. São Paulo, Abril Cultural. (Coleção Os pensadores).
- Fenigstein, A., Scheier, M. F., & Buss, A. H. (1975). Public and private self-consciousness: Assessment and theory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 36, 1241-1250.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Freud, S. (1915) Luto e Melancolia. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974a, vol. XII.
- Gondim, D. S. M., & Mousinho Martins, P. (2021). O suicídio na história do pensamento ocidental da antiguidade à psicanálise. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, 11(30), 86-103. <https://doi.org/10.25242/8876113020212269>
- Hamilton, D. L., Devine, P. G., & Ostrom, T. M. (1994). Social cognition and classic issues in social psychology. In P. G. Devine, D. L. Hamilton, & T. M. Ostrom (Eds.), *Social cognition: Impact on social psychology* (pp. 1-13). San Diego: Academic Press.
- Hausen, D. C., Veiga, S., Accioly, A., Ahmad, A. S., Mondardo, A. H., Neuenfeldt, A. L., Marques, C. R., Golubcik, E. C. Pedone, K., Firpo, L., & Leal, M. P. (2019). Sobre a (in) transitoriedade: nosso tempo de formação. *CEPdePA*, 26(1), 85-97.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo (Parte I)*. Petrópolis: Vozes.
- Hume, D. (2006). *Da imortalidade da alma e outros textos póstumos*. Ijuí, RS: Editora Unijuí.
- James, W. (1890). *The principles of psychology (Vols. 1–2)*. New York, NY: Holt.
- Jung, C. G. (2012). *A natureza da psique: a dinâmica do inconsciente*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- Langaro, F. (2017). “Salva o Velho!”: Relato de Atendimento em Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 224-235.
- Lewin, K. (1997). *Resolving social conflicts: Field theory in social science*. Washington, DC: American Psychological Association
- Lobato, M. D. (2017). A concepção filosófica da morte em Schopenhauer. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, 1(17), 55-66.
- Lucas, L. S., Bonomo, M., Flauzino, T. A., Zamborlini, V. V., & Ferreira, B. A. M. (2021). "Suicídio?! E Eu com Isso?": Representações Sociais de Suicídio em Comentários de Usuários do Facebook. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 196-216.
- Martins, M. M. B. (2017). Da reflexão filosófica sobre a morte à questão da eutanásia. *Humanística e Teologia*, 38(1), 39-49.
- Ministério da Saúde (2017). Suicídio, saber, agir e prevenir. Boletim epidemiológico. *Secretaria em vigilância em saúde*, 48(30). ISSN 2358-9450.



**Revista AMAZônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Minois, G. (2018). *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. São Paulo: Editora Unesp.

Minus, J. C., & Ribeiro, M. B. (2019). Dom ou construção? O sentido da vida na perspectiva de Sartre e Ratzinger. *Prospectus*, 1(1). (ISSN: 2674-8576)

Morin, A. (2004). A neurocognitive and socioecological model of Self-Awareness. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 130(3), 197-222.

Nascimento, A. M. (2008). Autoconsciência situacional, imagens mentais, religiosidade e estados incomuns da consciência: um estudo sociocognitivo (Tese de doutorado, Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil).

Nascimento, A. M., & Roazzi, A. (2013). Autoconsciência, Imagens Mentais e Mediação Cognitiva / Self-Awareness, Mental Imagery and Cognitive Mediation. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 493-505. Doi: 10.13140/RG.2.1.4590.2485 <https://bit.ly/2yUYfwg>

Nascimento, A. M., Roazzi, A., Ribeiro, H. E. A., Lopes, I. M. S. F., Martins, V. B. C., & Silva, L. N. S. (2019). Dimensões fenomenais da Autoconsciência e do Autoconceito e os Elementos do Self: Enlaces funcionais. *RECH - Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar*, 5(2), 677-704. ISSN 2594-8806 <https://bit.ly/2S5YrDI>

Nascimento, A. M., Roazzi, A., Dantas, F. S. S., Silva, L. N. S., & Mascarenhas, S. A. N. (2020). Mediação Cognitiva na Teoria do Código Dual e no Modelo Neurocognitivo e Socioecológico de Autoconsciência: o Caso do Burnout. *Revista AMAZônica*, 25(2), 689-710. (ISSN 1983-3415) <https://bit.ly/2NU4UKZ>

Nascimento, C. L., & Braga, J. O. (2018). A finitude em Martin Heidegger e suas repercussões para a psicoterapia. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 8(2), 240-250.

Nietzsche, F. (1992). *O nascimento da tragédia: ou helenismo e pessimismo*. Tradução, notas e posfácio: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras.

Organização PanAmericana da Saúde - OPAS (2018). *Folha Informativa - Suicídio*. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839)

Paivio, A. (2007). *Mind and its evolution: a dual coding theoretical approach*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Platão. (1991). *Fédon*. São Paulo, Abril Cultural. (Coleção Os pensadores)



**Revista AMAZônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Reis, A. H., Bezerra, J. M. M., & Reis, P. M. S. (2020). O suicídio na visão do século XIX e na contemporaneidade-desafios aos paradigmas médico e psicológico. *Revista Científica do UniRios*, 97.
- Rodrigues, T. P. (2019). A alma em Santo Agostinho. *Revista Contemporânea*, 1(18).
- Rogers, C. R. (1959). A Theory of Therapy, Personality, and Interpersonal Relationships: As Developed in the Client-Centered Framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: A Study of a Science. Formulations of the Person and the Social Context* (Vol. 3, pp. 184-256). New York: McGraw Hill.
- Sartre, J. P. (2014). *O existencialismo é um humanismo*. Petrópolis: Vozes.
- Schopenhauer, A. (1958). *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Publicações Brasil Ed.
- Schopenhauer, A. (2005). *O mundo como vontade e como representação* (Vol. 1). Unesp.
- Silva, E. H. M. S., & Daiuto, P. R. (2017). O atendimento clínico ao cliente com comportamento suicida: desafios e possibilidades. *Revista Uningá*, 52(1). Recuperado de <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/1373>
- Silveira, F. (2019). Os enunciados da morte na constituição sócio-histórica do sujeito em mortificação e suicida. *Revista M. Estudos sobre a Morte, Os Mortos e o Morrer*, 4(7), 60–76. <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.60-76>
- Smith, E. R., & Mackie, D. M. (2014). *Social psychology (4th edition)*. Philadelphia: Psychology Press.
- Trapnell, P. D., & Campbell, J. D. (1999). Private self-consciousness and the five-factor model of personality: distinguishing rumination from reflection. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(2), 284-304.
- Vieira, A. G., & Waischunng, C. D. (2018). A atuação do psicólogo hospitalar em Unidades de Terapia Intensiva: a atenção prestada ao paciente, familiares e equipe, uma revisão da literatura. *Revista da SBPH*, 21(1), 132-153.

**Recebido: 20/10/2021.**

**Aceito:20/12/2021.**





**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Sobre autores e contato:**

**Alexsandro Medeiros do Nascimento**

Doutor, Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Coordenador do Laboratório de Estudos de Autoconsciência, Consciência, Cognição de Alta Ordem e Self (LACCOS)

<http://orcid.org/0000-0002-9981-8384>

E-mail: [alexmeden@gmail.com](mailto:alexmeden@gmail.com) / [alexsandro.mnascimento@ufpe.br](mailto:alexsandro.mnascimento@ufpe.br)

**Wilzacler Rosa e Silva Pinheiro**

Mestre em Psicologia, Membro do LACCOS -

<https://orcid.org/0000-0002-3861-1582>,

E-mail: [wil\\_psicologia@hotmail.com](mailto:wil_psicologia@hotmail.com)

**Lucas Nonato Souza e Silva**

Mestrando em Psicologia Cognitiva, Membro do LACCOS -

<https://orcid.org/0000-0002-2572-3155>,

E-mail: [nonatos\\_18@hotmail.com](mailto:nonatos_18@hotmail.com)

**Antonio Roazzi**

D.Phil Oxord. Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

<https://orcid.org/0000-0001-6411-2763>

<http://lattes.cnpq.br/6108730498633062>

[https://www.researchgate.net/profile/Antonio\\_Roazzi](https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Roazzi)

E-mail: [roazzi@gmail.com](mailto:roazzi@gmail.com)